



DIREITO CIVIL

 **Estratégia**
OAB

2º SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO DIREITO CIVIL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Enunciado

Matias e Fernando, passaram a viver em união estável em 2013 e casaram-se em 2014, sob o regime de comunhão parcial de bens, vivendo no Rio de Janeiro/RJ desde então.

Fernando possui vasto patrimônio, vindo de uma família muito rica. Em 2010, ele adquiriu uma fazenda, e, em 2015, um tio seu deu-lhe um helicóptero de presente de aniversário, por via de um contrato de doação. Em 2016, Fernando permutou o helicóptero por jatinho particular, pagando a diferença. Ainda em 2016, ele comprou uma casa de praia, para passar as férias com a família. Em 2017, o pai de Fernando faleceu, deixando um prédio como herança, o qual ele recebe aluguéis desde então, depositando o valor em uma conta poupança, todos os meses. Matias, por sua vez, não possuía patrimônio antes de se casar com Fernando. O casal não possui dívidas e não tiveram filhos.

Há algum tempo, o casal passou a ter frequentes discussões e desentendimentos. Fernando pretende se divorciar, pois não aguenta mais a vida que Matias leva, sempre esbanjando dinheiro, fazendo festa e sem trabalhar.

Ao tocar no assunto, Fernando foi surpreendido pela reação de Matias, que, além de se recusar veemente a se divorciar, garantiu que se ele insistisse nessa ideia, iria tirar tudo dele, pois todos os bens são de ambos. Mesmo diante da recusa de Matias em resolver a situação amigavelmente, Fernando pretende pôr fim ao matrimônio, judicialmente.

Considerando a situação hipotética apresentada, na qualidade de advogado(a) contratado(a) por Fernando, redija a peça processual cabível em face dos acontecimentos descritos.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO DISCURSIVA 01

Enunciado

Renato e Rosa são filhos biológicos de Ruan, atualmente, divorciado. Este sempre deixou evidente que era mais próximo de Rosa, pois ela sempre o acompanhou em suas atividades. Quando Ruan faleceu, iniciou-se o processo de inventário. Tal processo trouxe ao conhecimento de Renato que Ruan havia realizado uma doação, ainda em vida, de dois apartamentos e um sítio para Rosa, bem como lavrou um testamento destinando todos os seus bens exclusivamente a ela. Renato, então, busca seu advogado, para requerer a anulação do testamento e a partilha dos bens doados à sua irmã, requerendo como seu de direito os dois apartamentos.

Diante da exposição dos fatos, responda:

- A) O testamento realizado por Ruan é válido? Renato terá direito a alguma parcela dos bens de seu pai?
- B) É legítima a partilha dos bens doados, de modo que Renato eleja quais serão seus?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO DISCURSIVA 02

Enunciado

Um jornal de ampla circulação, divulgou em destaque na capa o caso de Lupicínio, um jovem que morreu em confronto com a polícia. Na manchete do jornal estava descrito o nome completo do jovem, juntamente com uma foto explícita de seu rosto e seu corpo baleado. Os pais de Lupicínio imediatamente buscaram um advogado e propuseram demanda contra o jornal, uma ação de indenização por danos morais, uma vez que o jovem era menor. O juiz, em sentença, determinou que a notícia fosse retirada de circulação, imediatamente, estipulando uma multa diária de R\$ 5.000,00, para cada dia que o jornal mantivesse a manchete em circulação. Diante do exposto, responda ao que se pede:

- A) Podem os pais Lupicínio mover a ação indenizatória decorrente de danos morais?
- B) Suponha que o jornal ignorou a sentença proferida em juízo. O juiz pode, de ofício, tomar alguma providência?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO DISCURSIVA 03

Enunciado

Aníbal, casado com Maria Flor, sob o regime de comunhão universal de bens, possui um imóvel que se encontra alugado a Lucas pelo prazo de 30 meses. O imóvel está situado em uma zona de deslizamentos. Por essa razão, a prefeitura da cidade determinou que Aníbal deveria realizar reparos na estrutura da casa, a fim de que ela não fosse atingida em épocas de chuva. Diante dessa situação, Aníbal solicitou ao inquilino a desocupação da casa por um mês. Este, por sua vez, se negou a fazê-lo. Então, o locador ingressou com ação de despejo em face de Lucas, para que o imóvel fosse desocupado em no máximo quinze dias. Dada a urgência da situação, Aníbal promoveu a ação como único autor.

Diante dos fatos, comente os seguintes itens:

- A) A falta de anuência de Maria Flor na ação de despejo tem alguma consequência?
- B) A ação de despejo, ainda que tenha sido realizada com a anuência de Maria Flor, seria legítima?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO DISCURSIVA 04

Enunciado

Clóvis, gerente de um banco, recebeu de seus superiores a ordem de cobrar os clientes inadimplentes com quem havia disponibilizado crédito no último ano. Um dos clientes para quem ligou, Arnaldo, frente à cobrança, disse não ter como pagar a dívida. Irritado, Clóvis ofendeu Arnaldo e, ainda, o ameaçou, dizendo que aumentaria os juros da dívida, dado o tempo de atraso. Muito ofendido, Arnaldo buscou orientação jurídica e ingressou com ação indenizatória por danos morais contra o gerente e o próprio banco. Intimados, Clóvis e a instituição financeira, sem justificativa, não compareceram à audiência de conciliação.

Diante do exposto, responda:

- A) A ação indenizatória por danos morais movida contra o gerente e o banco é fundada?
- B) A falta injustificada de Clóvis e da instituição pode gerar alguma sanção?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

